



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Marinor Brito informou ter sido convidada, neste dia, para participar, compondo a mesa no período da manhã, de um debate na Universidade Federal do Pará sobre a política de resíduos sólidos e participaria à tarde de um painel de debates sobre o mesmo tema. Justificou assim sua ausência durante o restante da sessão. Expressou depois ter sido surpreendida pela decisão, anunciada pelos meios de comunicação a partir da tarde de ontem, de que a Mesa Diretora da CMB arquivará o pedido de abertura de uma CPI para investigar as obras do BRT, protocolado dois dias antes pelas bancadas do PSOL, PHS, PMDB, PC do B e PT. Informou que foram coletadas nove assinaturas de parlamentares – duas a mais do que prevê o Regimento Interno desta Casa, que estabelece a subscrição mínima de um quinto dos componentes da legislatura para que a CPI seja criada. Manifestou que não aceitarão esta decisão da Mesa Diretora, pois várias CPI anteriores já foram criadas com base neste Regimento, que nunca foi antes questionado na Justiça, nunca sofreu uma ação de inconstitucionalidade, nunca antes foi objeto de um projeto de lei que o modificasse neste ponto. Agora, atendendo ao interesse de barrar a investigação, argumenta-se ser este inconstitucional. Pediu tratamento isonômico e respeito pelos cinco partidos que assinaram o pedido de CPI e disse que irão à Justiça para que seu direito de investigar seja respeitado. Além do mais, aditou, se a Prefeitura de Belém nada deve, não tem nada a temer de uma investigação. Inteirou a plenária de que já há uma audiência marcada no Ministério Público Estadual para tratar do assunto. Recordou ter assinado pedido de criação de CPI à época da gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, pois quem não deve não teme. Lamentou que tivessem sido “passados panos quentes” quando se deu, nesta Casa, o processo de investigação das obras do BRT na gestão do prefeito Duciomar Costa, isentando este de qualquer responsabilidade por alguma irregularidade. Questionou então o que justificaria esta obra arrastar-se por nove anos e a Controladoria Geral da União encontrar tantos problemas de ordem técnica na análise dos contratos, na análise do edital e na execução do projeto. Afirmou que cumpre seu papel de fiscalizar e investigar o tempo todo – em ano eleitoral e em ano não eleitoral – não se tratando de uma prática eleitoreira. Lembrou que a oposição estava certa no que tange ao projeto que mudava a base de cobrança do IPTU em Belém, pois a Justiça, por três vezes, deu a esta ganho de causa: retirando aquele projeto do regime de urgência, concedendo-lhes uma liminar favorável e, posteriormente, suspendendo a modificação feita pela PMB na base de cobrança do imposto através de portaria. Externou que, apesar dos ataques que a democracia sofre, somos regidos por uma Constituição, que deve servir para todos. Não adianta tentar forjar uma interpretação da Constituição dizendo que no Senado Federal e na Câmara dos Deputados é necessário que um terço dos parlamentares assine o pedido de CPI e assim aqui também deve ser – julgou que a CMB tem neste ponto autonomia e seu Regimento foi feito à luz dos seus próprios interesses. Reiterou que muitas CPI foram criadas anteriormente neste Poder com base neste Regimento Interno e opinou que mudanças só podem ser feitas mudando-se a lei e não “na marra” como se está tentando fazer. Gustavo Sefer disse estar impressionado com a tentativa da oposição de tentar instalar uma CPI claramente com um objetivo eleitoreiro. Recordou que este relatório, elaborado por uma só pessoa, fora divulgado já há um ano, não havendo desde então mais nenhum fato novo. Entretanto, não fora usado como justificativa para a criação de uma CPI anteriormente porque não se tratava de ano eleitoral. Acusou então a oposição de deixar para fazer um *show* de pirotecnia, um *show* midiático, às vésperas de uma eleição. Tentam então denegrir a imagem de um prefeito que, todos que o conhecem sabem, pautou seu mandato pela honestidade e coerência. Ressaltou que se este cometeu algum erro em sua

gestão, nunca isto se deu por desonestidade. Pelo contrário, em todas as reuniões de que participou com Zenaldo Coutinho, este sempre asseverou que qualquer um dos membros de sua equipe que tivesse cometido erros, sofreria as consequências. Lamentou que a bancada do PSOL não estivesse presente em plenário para defender suas posições. Informou que o prefeito já fizera, dois dias atrás, uma reunião com todos os seus técnicos, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos a qualquer vereador que tenha algum questionamento. Afirmou que é da base de apoio ao prefeito porque confia plenamente na idoneidade e honestidade deste. Em aparte, pronunciou-se o vereador Fabrício Gama. Toré Lima subiu à tribuna em seguida e desmentiu a justificativa dada pela vereadora Marinor Brito para não participar do restante desta sessão. Disse ter sido convidado para o mesmo evento que a parlamentar e que esta somente comporia a mesa do debate na UFPA durante o período da tarde, a partir das quatorze horas, e não durante a manhã. Lamentou que a vereadora não quisesse participar dos debates deste dia nesta Casa. Esclareceu que a bancada do PRB neste Poder compõe a base do prefeito Zenaldo, mas tem independência: seus parlamentares já mostraram que quando entendem que há distorções ou posicionamentos que não favorecem a população, mantêm-se contrários à posição do governo municipal. Lembrou que, ainda na gestão Duciomar Costa, posicionou-se contrariamente ao início das obras do BRT - nesta época ainda prestava assessoria, sendo servidor desta Casa – pois não havia planejamento e não fora feita a discussão com a sociedade civil organizada e com a CMB, não sendo realizadas audiências públicas para debater a viabilidade do projeto. Assim sendo, deu no que deu: Duciomar Costa é acusado em mais de quatorze processos por improbidade administrativa por causa das obras do BRT. Considerou, porém, que em todas as mudanças há sacrifícios e, em relação ao governo Zenaldo, é público e notório o transtorno causado pelas obras do BRT. Entretanto, não é possível fazer reformas sem gerar algum transtorno. Reafirmou que fazem parte da base do prefeito Zenaldo Coutinho, destacando que este adotou alguns critérios para zelar pela coisa pública. O prefeito recebeu notificação do Ministério Público Estadual - MPE em 2015, um relatório de 311 páginas. Referiu que a PMB esteve então no MPE recebendo orientação, através do procurador Néelson Medrado, sobre a melhor maneira de fazer o edital para a obra do BRT, uma vez que a empresa Estacon havia pedido impugnação do processo que vigia anteriormente. Foram feitas modificações e hoje esta empresa participa do consórcio que realiza a obra. A empresa Andrade Gutierrez, que praticava preços superfaturados na gestão Duciomar Costa, estabeleceu um valor de 450 milhões de reais para a realização da obra do BRT na Avenida Augusto Montenegro. A PMB, na gestão Zenaldo, estabeleceu em edital o valor de 300 milhões de reais para o mesmo trecho, tendo o consórcio ganhado a concorrência por um valor de 263 milhões de reais. Assim sendo, concluiu, não se justifica a suspeita de superfaturamento. Acrescentou que a PMB passou sessenta dias para responder à notificação, ao relatório recebido em 2015, item a item, juntamente com a Controladoria Geral da União, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. Curiosamente, comentou, apenas um ano depois, em 2017, aparece um novo relatório na imprensa, sem que a PMB tenha sido formalmente notificada a respeito. Em aparte, manifestou-se o vereador Dr. Elenilson. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS, deixou nota de repúdio ao sistema de segurança pública do Pará que, todos os dias, tem seus agentes assassinados. No dia anterior, a vítima foi Valdomiro Oliveira de Barros, seu amigo Canana, como era conhecido, cabo da reserva da Polícia Militar. Vídeos mostram os bandidos invadindo o estabelecimento comercial em que este se encontrava e o alvejando. Depois, outro vídeo, divulgado pelos próprios assassinos, mostra-nos comemorando o crime, desafiando o estado. Tratou em seguida do pedido de abertura da CPI para investigar as obras do BRT. Comentou que o Regimento Interno da CMB estabelece a assinatura de um quinto dos parlamentares para que uma CPI seja instalada, um total de sete vereadores. Disse que pediu aos parlamentares de seu bloco que assinassem o pedido, mas na imprensa esta CPI aparece como iniciativa apenas do PSOL. Ressaltou que não costuma ser massa de manobra, muito menos para ser usado com objetivos eleitorais. Entretanto percebeu que tudo descambou para isso. Sugeriu ao prefeito Zenaldo que reúna seus técnicos e que estes venham em uma sessão especial explicar aos vereadores o que ocorre em relação às obras do BRT, para que não restem dúvidas a respeito. Relatou que assinou o pedido porque queria realmente ser informado sobre os reais valores gastos no BRT, não para ser usado como massa de manobra. Ficou depois calado e viu que foi mero instrumento ao apor sua assinatura. Garantiu que, ora em diante, ao receber um pedido similar, somente assinará se houver amparo na denúncia. Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR, declarou que não assina pedidos de CPI sem antes investigar. Informou que tem dois pedidos de CPI protocolados nesta Casa – uma CPI para o transporte público e a CPI do lixo. Disse que, antes de solicitá-las, estudou, verificou, tem fotos e depoimentos colhidos para serem usados quando estas forem instaladas. Quanto à CPI do BRT, disse já possuir dados anteriormente. Assim que saiu a licitação, cumprindo seu papel de fiscalizar e tendo experiência por lidar com obras, estudou o orçamento e verificou que os preços praticados eram muito baixos. Pensou que esta obra seria inviável, por apresentar preços até 40% mais baixos do que os normalmente praticados. Foi, entretanto, surpreendido pelo relatório feito por um “pau mandado” da CGU, dizendo mil besteiras, colocando conclusões sem nenhum fundamento. Expressou que toda obra, por menor que seja, deve ter um canteiro para estocar o

material e guardar os equipamentos utilizados. O autor do relatório, entretanto, julgou não ser necessário um canteiro de obras para uma obra das dimensões do BRT na Avenida Augusto Montenegro. Avaliou que este é uma pessoa mal informada e burra e será desmoralizado. Afirmou que irão a fundo nesta questão, tendo o prefeito Zenaldo Coutinho determinado que seja feita uma reunião convocando o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, Receita Federal e todos os que estão envolvidos nesta obra, além do responsável pelo relatório do CGU. Acusou este de ter feito uma peça com intenção política de desmoralizar a Prefeitura. Externou que seria leviandade dizer que não houve nenhum erro no processo de licitação, mas desafiou o fiscal do CGU a provar que houve superfaturamento na obra. Disse que, se este fiscal vier à sessão especial para discutir o assunto, irá desmascará-lo, acusando-o de estar sendo comprado por alguém. Fabrício Gama, pela liderança do Governo, lamentou falta de comparecimento da bancada do PSOL, que não está presente em plenário para ouvir a verdade sobre o BRT. Lembrou que um dos primeiros atos do prefeito Zenaldo Coutinho ao assumir a PMB foi levantar o contrato desta obra. Desqualificou então do processo uma das maiores empreiteiras do país - a Andrade Gutierrez, envolvida até na Lava Jato - por superfaturá-la. Qualificou o funcionário da CGU, autor do relatório em que se baseou o pedido de CPI para investigar o BRT, como um despreparado. Expôs que as obras financiadas pela Caixa Econômica Federal são muito fiscalizadas e o Ministério Público do Pará e o Ministério Público Federal acompanharam a licitação. Lembrou que o atual prefeito conseguiu um deságio de mais de trezentos milhões de reais em seu custo – esta começou com um valor de quase seiscentos milhões de reais e hoje custa duzentos e setenta milhões ao Município - sendo descabido acusá-lo de superfaturá-la Disse que o vereador Fernando Carneiro, quando foi presidente da SEMOB durante a gestão municipal de Edmilson Rodrigues, instalou uma fábrica de multas em Belém. Afirmou que não há comparação entre Zenaldo Coutinho e Edmilson Rodrigues porque Edmilson tem um mar de corrupção nas costas. Acusou a oposição de tentar enlamear a imagem pública do atual prefeito. Disse que a bancada do PSOL não comparece às sessões por não ter coragem de debater e ouvir a verdade, pois o relatório em que se basearam para entrar com o pedido de CPI é fraudulento e tem conotação política. Reiterou que a Caixa Econômica Federal tem um grande departamento de fiscalização de obras e, além disso, a obra do BRT está sendo fiscalizada pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério das Cidades e pelos técnicos da Prefeitura. Portanto, se houvesse algum erro, este teria sido apontado antes. Em aparte, manifestou-se o vereador Víctor Dias. Toré Lima, pela bancada do PRB, expressou que nenhum vereador deve estar desassistido com relação à Lei Orgânica do Município de Belém - LOMB. Argumentou que todos devem saber, e quem não sabe precisa aprender, que o Regimento Interno não pode estar acima da LOMB, assim como esta não pode estar acima da Constituição Federal. Se algo não estiver previsto no Regimento Interno nem na LOMB, recorre-se à Constituição Estadual. Se não estiver previsto na Constituição Estadual, recorre-se à Constituição Federal. Avaliou que o fato de virem à tribuna dizer que já houve várias CPI instaladas com a assinatura de apenas sete vereadores nesta Casa equivale a dizer que desconhecem a LOMB, a qual juraram honrar e respeitar. Expressou ser necessário ter responsabilidade com a população, pois fazer média em ano eleitoral é muito fácil. Garantiu que assinará qualquer pedido de criação de CPI se for demonstrado que realmente há indícios claros de irregularidade, como já assinou anteriormente os pedidos para a instauração da CPI do lixo e da CPI do transporte, ambos de autoria do vereador Zeca Pirão. Recordou que, no ano anterior, o vereador Fernando Carneiro afirmou em plenário que não tinham nada contra o prefeito Zenaldo do ponto de vista da ilegalidade, nenhum indicativo de que este cometeu crime. Podem falar do prefeito porque não gostam dele, porque a obra do BRT está demorada, porque ele é tucano ou por outro motivo qualquer, mas não podem acusá-lo de desonestidade. Repetiu que, se houver um indício, se houver um desvio, assinará qualquer pedido de criação de CPI, mas não se pode usar isto em ano eleitoral apenas para manipular a população, jogando-a contra a administração municipal. Lembrou do caso de duas autoridades públicas – um deputado federal e uma desembargadora – que usaram as redes sociais para divulgar falsas informações sobre a vereadora carioca Marielle Franco e depois se desculparam dizendo que não haviam checado os dados que repassaram. Considerou ser dever de um parlamentar verificar primeiro as informações que obtém antes de divulgá-las. Em aparte, pronunciou-se o vereador Sargento Silvano. José Dinely, pelo bloco PSC – PPS, disse esperar que, nesta Semana Santa, Jesus esteja no coração de todos e que estes sejam dias de reflexão e avaliação da própria vida. Desejou que todos cuidem do espírito para que haja paz na sociedade. Refletiu então sobre o significado da palavra caráter. Considerou que muitos sabem o significado da palavra, mas não têm caráter. Citou várias acepções da palavra caráter e da palavra respeito. Disse depois que, neste plenário, são trinta e cinco vereadores que representam o povo. Infelizmente, confessou estar ficando enojado com certas autoridades que usam de mentiras para se promover. Avaliou que o relatório da CGU foi feito por uma pessoa que não merece o mínimo respeito. Este foi feito de forma amadora e colocou em suspeição uma instituição seriíssima, onde trabalhou durante trinta e quatro anos, a Caixa Econômica Federal - CEF. Garantiu que na CEF as medições são feitas rigorosamente – não passa um prego se não estiver em seu devido lugar. Externou que este relatório colocou sob suspeição não apenas a CEF, mas também o Ministério das Cidades, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, pois todos participaram e participam do

processo de fiscalização das obras do BRT em Belém. Julgou que este é um relatório sujo e tendencioso, utilizado com objetivos políticos. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente. Findo este prazo, foi feita nova verificação de presença. Permanecendo a falta de quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e quinze minutos. Estava licenciado o vereador Igor Normando. Justificaram suas ausências os vereadores: Amaury da APPD, França e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Biéco, Marciel Mão, Fabrício Gama e Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR; Víctor Dias, Gustavo Sefer, Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Blenda Quaresma e Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Gleisson, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; José Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Delegado Nilton Neves, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão, pelo bloco PT – PC do B; Marinor Brito e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Toré Lima, pelo PRB; e Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 28 de março de 2018.

1º Secretário

Presidente

2ª Secretário